



Arte original: Glauca Nagem –“ Palatório 2” / Concepção e arte do cartaz: Maurício Simões / Web Designer: Ilana Chaia Finger

Prelúdio 5

A ética da psicanálise

Com a descoberta do inconsciente e a invenção do dispositivo da psicanálise, Freud introduziu inicialmente uma subversão epistêmica, a mesma que Lacan nomeou de «subversão do sujeito»¹. Isso implica, entre suas consequências, uma mudança na ética: «Uma ética se anuncia, convertida ao silêncio, não pelo caminho do pavor, mas do desejo»². Ela inclui o desejo do analista, certamente, mas ela é sobretudo posta em ato pelo analisante. Conversão, portanto, da ética do superego, do medo da «voz grossa»³, para o silêncio do desejo, que traça sua via sob a demanda articulada que o transporta. Depois de anunciar uma ética do desejo feita para contrariar as alienações adaptativas, que estão na base das éticas da demanda do Outro, Lacan introduz algo novo com a noção da demanda articulada, a ser distinguida do desejo. O desejo se coloca, portanto, entre duas cadeias (do grafo), entre enunciado e enunciação da demanda. A demanda pressupõe um Outro encarnado que não é apenas o lugar dos significantes, mas que têm um discurso.

A ética da neutralidade (benevolente)

Recordando a porta de entrada do inconsciente no horizonte de Freud, Lacan introduz, portanto, o «desejo do analista» como aquilo que não é articulável que a partir da relação do desejo ao desejo, com uma função causal no processo analítico. Embora a formulação dessa tese seja inédita antes de 1964, sua dimensão já estava presente, implícita, no próprio Freud, com sua noção de «neutralidade (benevolente)». Às avessas das normas dos outros discursos, acolher o que se apresenta, tomar cada caso como o primeiro, isso atém ao desejo. A «neutralidade» não tem nada de uma passividade, ela é, ao contrário, bem ativa e, sobretudo, contra corrente, na suspensão que essa impõe às normas comuns ou

¹ J. Lacan, «Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano» [1960], em *Escritos*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro 1998, p. 807-842.

² J. Lacan, «Observação sobre o informe de Daniel Lagache» [1960], § IV. Por uma ética, em *Escritos*, op. cit., p. 691.

³ *Ibidem*.

fantasmáticas em jogo em todos os outros laços sociais. Essa dimensão introduzia em Freud, implicitamente, uma *outra opção discursiva*, diferente daquela do discurso corrente, uma opção subversiva de suspensão das normas. É essa opção de neutralidade que permitiu colher que, sob a demanda dirigida ao analista, o que opera é o laço do desejo ao desejo, do desejo do analisante ao desejo do analista, que é, de fato, o operador da cura. «O “desejo do psicanalista”, eis o ponto absoluto de onde se triangula a atenção para aquilo que, por ser esperado, não tem que ser adiado para amanhã.»⁴

...outra ética, uma ética do desejo

Outra opção discursiva, isso quer dizer outra ética, e é por isso que Lacan diz que é necessário formular uma «ética do desejo», que integre as conquistas de Freud com respeito ao desejo: uma ética que meteria em primeiro lugar a questão do desejo do analista.⁵ Mas sabemos que ele introduz a seguir o ato analítico, noção, essa, totalmente inédita. Não há traço em Freud dessa noção, mesmo que não se possa duvidar que o ato esteve lá; já na entrada, um ato de «posição do inconsciente». Em seguida, notadamente a partir do inconsciente suposto, quando se põe para concluir os preliminares; e depois, para fazer com que haja análise e que esta avance, eis, o ato está lá, quando isso se faz, é por suas consequências que o ato é atestado. O ato designa o fazer do analista enquanto ele opera. Somente Lacan procurou o que está no fundamento de sua eficácia. Ele responde que é a estrutura da linguagem, esclarecida pela lógica dos conjuntos, que o obriga a situar o ato analítico como «aquilo que não pensa», ou seja, situá-lo a partir do objeto *a*.⁶ «Mas atenção, que o ato não pense não impede que ele seja portado por um desejo. Em que, então, o ato, o conceito do ato, sobre determina ele o que até então se chamava desejo do psicanalista? Ele sobre determina, em todo caso, o que se chamava a ética do desejo»⁷.

A ética da psicanálise, uma posição a respeito do real

Além da descoberta do inconsciente, que no simbólico encontra sua matéria pré-formada, Freud, aliás «criou o dispositivo pelo qual o real toca no real, ou seja, daquilo que articulei como o discurso analítico», diz Lacan⁸. Não é por acaso se, no mesmo «Resumo», introduz o que ele nomeia «a ética que se inaugura pelo ato psicanalítico»⁹. Inaugurar dá a pensar que ela é nova, não apenas em sua fórmula, mas no que ela é, ou seja, no que ela visa, já que falar de ética é falar de finalidades. O desejo do analista operador na cura tem como modelo Sócrates, seu desejo puro, indeterminado, cujo objeto permanece enigma, um enigma que atravessou os séculos. Lacan aí volta ainda em «Radiofonia», dizendo de seu desejo puro que «Sócrates, passa a barrá-lo a mim irremediavelmente»¹⁰, o que significa que ele permanece ininterpretável. É um desejo antecipado pela neutralidade freudiana, contra norma, mas falta algo nessa neutralidade. Colette Soler sinaliza que o que falta é a bússola. O objeto do desejo, em sua diferença em relação à causa do desejo, é a bússola do desejo, mesmo que fosse instável e episódica. Então, o desejo puro do analista estaria sem bússola?

A ética do ato analítico

A ética que se inaugura do ato analítico responde à questão do que pode ser a bússola do desejo do analista. Lacan avança que na falta do objeto, na falta portanto da bússola do fantasma, suspendida pela neutralidade: «na ética do ato, a lógica manda [...]»¹¹. A ética do ato é, portanto, uma ética que visa ao real, o real da linguagem. Eis a bússola que pode orientar o analista, lá onde não é o fantasma como em qualquer outra relação. O que a lógica manda, essas são das impossibilidades que presidem na experiência ao inatingível, ou então são das necessidades que presidem ao inevitável. Ora, Lacan continua:

⁴ J. Lacan, «Discurso na Escola Freudiana de Paris» [1967-70], em *Outros escritos*, Jorge Zahar Ed., São Paulo 2003, p. 270.

⁵ Cf. J. Lacan, «A direção do tratamento e os princípios de seu poder» [1958], *Escritos*, op. cit., p. 615.

⁶ C. Soler, *Traumatisme*, Éditions Nouvelles du Champ lacanien, Paris 2025, p. 116-7.

⁷ *Ibidem*.

⁸ J. Lacan, «...ou pior», Relatório do Seminário de 1971-1972, em *Outros escritos*, op. cit., p. 548.

⁹ J. Lacan, «O ato Analítico», Resumo do Seminário de 1967-68, em *Outros escritos*, op. cit., p. 376.

¹⁰ J. Lacan, «Radiofonia» [1970], em *Outros Escritos*, op. cit., p. 408.

¹¹ J. Lacan, «O ato analítico», *Ibid*.

«[...] a lógica manda, isso é certo, por nela encontrarmos seus paradoxos.»¹² É, portanto, reencontrando sempre seus paradoxos que a lógica abre as vias também para a contingência e para o possível, que fazem lugar à mudança. Retomando a perspectiva aportada pela Apresentação do Argumento do XIII Encontro, “a lógica preside o efeito para o qual se direciona toda análise, através de uma interpretação que, no singular de cada caso, distingue o que depende das opções do sujeito e o que depende do real da estrutura, incontornável, aí mesmo, porém, onde cada um «tem sua oportunidade de insurreição»¹³.

Diego Mautino,
Roma, 26 janeiro 2026.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. Colette Soler, «Éticas», Argumento, XIII Encontro Internacional da IF-EPFCL, 23 a 26 julho de 2026, São Paulo, Brasil.